

**ATA DA REUNIÃO Nº 15
DO CONSELHO CONSULTIVO E DELIBERATIVO
DO CONSELHO DA CIDADE
- ORDINÁRIA -
15 de dezembro de 2010**

1 No décimo quinto dia do mês de dezembro de dois mil e dez reuniu-se, em caráter ordinário,
2 para a reunião de número quinze, o Conselho Consultivo e Deliberativo do Conselho
3 Municipal de Desenvolvimento Sustentável – Conselho da Cidade, às oito horas, na Sala de
4 Reuniões do Ippuj, prédio central da Prefeitura de Joinville, à Avenida Hermann August
5 Lepper, nº 10, bairro Saguazu, em Joinville, Santa Catarina, atendendo à convocação do
6 Presidente do Conselho da Cidade, Luiz Alberto de Souza, com o objetivo de discutir a
7 seguinte ordem do dia: a) Leitura do edital de convocação; b) Leitura e aprovação da ata da
8 reunião anterior; c) Lei de Ordenamento Territorial; d) Assuntos gerais. No início da reunião
9 o Presidente leu o edital de convocação e, tendo sido dispensada a leitura da ata da reunião
10 anterior, esta foi aprovada e assinada pelos conselheiros presentes. Luiz Alberto fez uma
11 breve introdução sobre a apresentação das diretrizes da nova Lei de Ordenamento
12 Territorial, lembrando aos conselheiros que não se trata de uma proposta fechada, que são
13 apenas princípios e ideias. Em fevereiro de dois mil e onze o assunto deverá ser remetido às
14 Câmaras Comunitárias Setoriais, com artigos, tabelas e mapas, num conjunto das
15 mudanças da lei. No uso da palavra, Murilo Teixeira passou a explanar sobre a questão,
16 lembrando que o objetivo inicial é discutir conceitos, de forma proativa, e que iria apresentar
17 a parte gráfica para diagnosticar bem a cidade. Mostrou o mapa de vocações territoriais,
18 elaborado pelo Ippuj em mil novecentos e noventa e oito, e mostrou o novo
19 macrozoneamento rural, ressaltando a semelhança entre ambos. Quanto às principais
20 diretrizes do Plano Diretor, destacou “adensando a área central”, e teceu comentários sobre
21 vazios urbanos *versus* mobilidade. Disse que há ferramentas importantes para fazer a leitura
22 de cada lote, e há cento e oitenta mil lotes ocupados, e daria para colocar mais setenta mil
23 lotes, apenas na área urbana. Por isso a ideia é não aumentar a área urbana, mas otimizar
24 seu uso. Disse que há também uma ideia de utilizar o coeficiente de aproveitamento do lote
25 em todo o município, e não apenas no centro, como ocorre hoje. Há estudos e valores
26 estimativos que mostram que nossa taxa de aproveitamento do lote é muito baixa. Nas
27 áreas rurais, morros e mangues é onde temos ocupação acima do que a lei permite, e não
28 no centro. Murilo lembrou que temos que respeitar a cidade que já existe, e a ideia é manter
29 o potencial de cada lote para não penalizar os moradores. Em seguida Murilo apresentou
30 mapas que mostram a variação da permeabilidade no município, ressaltou que a periferia é
31 mais permeável, e explicou que a permeabilidade do solo é influenciada pelo tipo de
32 vegetação e tipo de solo, e que os mangues são as áreas mais impermeáveis. Sobre taxa de
33 ocupação, disse que há entre oito a dez faixas diferentes de ocupação, e isso deve ser
34 revisto. Há terrenos que usam cem por cento da área, e outros muito menos do que o ideal.
35 Tanto o uso a mais quanto o uso a menos da área permitida em lei é prejudicial. Sobre
36 volumetria das edificações urbanas, Murilo apontou no mapa os locais que a cidade está se
37 desenvolvendo mais no sentido vertical. Quanto ao uso do solo, comentou que as empresas
38 menores se situam ao longo dos grandes eixos, as maiores ficam mais afastadas, e nos
39 corredores viários há muita prestação de serviços. Disse que o emprego fica próximo à casa,
40 e isso é o ideal. Há alguns bolsões de emprego, como Distrito Industrial, Área Central,
41 Condomínio Ajorpeme e Tupy. Sobre quota ideal real, Murilo comentou que são poucos os
42 casos de residências que extrapolam o limite mínimo de trinta metros quadrados, e talvez
43 seja interessante adotar uma quota ideal para que a densidade não fique excessiva. Disse
44 que foi muito importante o parcelamento do solo em forma de loteamento, mas agora
45 precisamos adensar. A cidade passa a se verticalizar ou ocupar as áreas já produzidas. A
46 cidade projetada na década de setenta tinha vários eixos, era uma malha, mas na realidade
47 se desenvolveu num só eixo (Norte-Sul). O presidente Luiz Alberto de Souza comentou que
48 foi apresentado em Brasília o eixo do BRT (*Bus Rapid Transit*), ao longo do eixo norte sul,
49 chegando até a Univille, e disse que “nosso sonho é ter um serviço rápido de ônibus do
50 aeroporto ao centro da cidade, já que a possibilidade de um metrô está ainda muito longe”.
51 O conselheiro Lenin Peña lembrou que isso é muito mais humano do que a implantação de
52 viadutos. Gilberto Lessa dos Santos ressaltou que ao falar em viaduto pensa-se no carro, e

53 não no transporte coletivo. Murilo informou que estudos mostram que Joinville deve se
54 estabilizar entre setecentos a oitocentos mil habitantes, e apresentou a média de
55 coeficientes de aproveitamento atuais. Luiz Alberto falou sobre as cem possibilidades de uso
56 e ocupação do solo em Joinville, com as combinações. Há muitas exceções que geram
57 cerca de sessenta zoneamentos. A ideia é homogeneizar, ter exceções, sim, mas simplificar,
58 reduzir esse número. Luiz Alberto aproveitou para parabenizar à equipe do Ippuj, e ressaltou
59 que tudo é feito com base em estudos e análises, e não em “achismos”. Os conceitos não
60 são inventados, mas somos contra imitação barata. O conselheiro Udo Döhler parabenizou
61 pelo excepcional trabalho apresentado, e sugeriu que seja divulgado, pois com essas
62 informações disponíveis é possível diminuir os erros da imprensa, Câmara de Vereadores,
63 etc. Disse que era essa informação que faltava. O conselheiro Mário Aguiar disse que a
64 análise da questão da Outorga Onerosa do Direito de Construir também seria beneficiada
65 com essas informações. Disse que cabe ao Ippuj projetar a cidade, definir como vai crescer,
66 e o Conselho da Cidade precisa fortalecer as decisões do Ippuj. Lembrou que o Bucarein é
67 uma área central com baixíssimo adensamento, e Luiz Alberto falou sobre o projeto da ponte
68 que ligará as ruas Plácido Olímpio e Aubé, e sobre a ideia de criar um parque linear ao longo
69 do rio, devolvendo a caminhabilidade e ligando-o ao Parque da Cidade. Lembrou, contudo,
70 que a metodologia é um processo, e a ideia está sendo construída. O Ippuj está ainda
71 recebendo elementos para leitura, e será melhor socializar as informações sobre a nova lei
72 de zoneamento em fevereiro, quando estiverem mais completas, após momento de
73 maturação. A conselheira Maria Salete Rodrigues Pacheco disse que hoje foi dada uma aula
74 do que há em Joinville, e foi muito bom. Isso nos permite questionar o porquê de Joinville ser
75 como é, o que nós queremos para Joinville, e o que precisamos fazer para isso. Lenin Peña
76 teceu elogios de reconhecimento pelo trabalho do Ippuj que, desde a confecção do próprio
77 Plano Diretor, assumiu um papel sistêmico, holístico e ecológico. Recomendou que essa
78 visão seja integrada com as Secretarias Municipais, e disse que se deve dar suporte à
79 materialização desses novos paradigmas. Lenim lembrou também que o Estudo de Impacto
80 de Vizinhança (EIV) é um instrumento importantíssimo. Por último, comentou que é
81 necessário entender os acertos e desacertos de pessoas que se expressam através da
82 imprensa, pois temos que conviver com isso, assim é a democracia. O conselheiro Eduardo
83 Miers perguntou se o Ippuj quer que o Conselho da Cidade aprove uma diretriz, e Murilo
84 respondeu que as diretrizes já estão aprovadas, e o Conselho da Cidade deve ver se as
85 diretrizes são boas e se estão sendo atendidas, pois são vários elementos que se
86 entrelaçam. Murilo lembrou que o importante é definir conceitos, tais como “Usar ou não um
87 coeficiente de ocupação em Joinville?” “Trabalhar mais com corredor viário e diminuir o
88 adensamento do entorno é uma boa estratégia?” Questões mais técnicas, contudo, deverão
89 ser decididas pelo Ippuj, com base em estudos e análises adequadas. O objetivo do
90 Conselho da Cidade é o monitoramento, ver se a legislação proposta está cumprindo os
91 objetivos. O Ippuj pode gerar mapas a pedido do Conselho, se achar necessário algum outro
92 tipo de informação. Eduardo Miers perguntou se investimentos que contrariem as diretrizes
93 de adensamento seriam vetados, e Murilo respondeu que não, pois diretriz não é absoluta.
94 Luiz Alberto disse que se deve ter cuidado quando se pinça algo e se toma como verdade. O
95 desenvolvimento sustentável deve ser visto por pelo menos cinco dimensões: espacial,
96 econômica, social, ecológica e cultural. Uma cidade só é sustentável se conseguir atender a
97 todas essas dimensões. Disse que o alerta do conselheiro Miers é pertinente e importante, e
98 vem ao encontro do que estamos falando. A cidade é um todo, um conjunto, e temos alguns
99 princípios dos quais não abriremos mão, como qualidade de vida, preservação ambiental,
100 respeito às legislações superiores e humanismo. O ideal é gerar mapas sociais, de
101 equipamentos sociais, para ver onde há falta de escolas e postos de saúde, por exemplo,
102 definir como adensar e prever as necessidades que serão geradas. Disse que há momentos
103 em que são estabelecidos alguns princípios, que se transformam em marcos regulatórios
104 que depois devem ser monitorados, e o Conselho da Cidade tem um papel muito importante
105 nesse sentido. Para isso, porém, deve ter uma visão mais macro. Luiz Alberto lembrou que
106 em nossa cidade temos embates históricos, de grupos antagônicos, independente do que
107 estiver em discussão, e disse que isso faz parte do processo de formação da cidade. O
108 conselheiro Miers falou que é necessário definir que diretrizes são mais importantes. Luiz
109 Alberto lembrou que cada Câmara Comunitária Setorial representa uma das estratégias do
110 Plano Diretor, e o papel de cada uma delas é verificar se a lei está atendendo às diretrizes

111 sob o ponto de vista da competência da Câmara. O conselheiro Eduardo Dalbosco
112 parabenizou pelo excelente trabalho apresentado, e o conselheiro Ivandro de Souza
113 comentou que, apesar de ser crítico quanto ao planejamento da cidade, também parabeniza
114 o Ippuj pelo trabalho que vem sendo feito. Perguntou se há possibilidade de apresentar em
115 termos financeiros quanto dinheiro seria necessário para se fazer tudo que é preciso para
116 tornar real a cidade que está sendo planejada, pois assim a sociedade poderia se mobilizar
117 para buscar os recursos para isso. Disse que sem quantificar o investimento, não há como
118 planejar; é apenas sonho. É necessário dizer à sociedade: “A cidade do futuro custa tanto.”
119 O conselheiro Lenin Peña lembrou que esses custos variam com a evolução cultural e
120 tecnológica, dentre outros aspectos. O Presidente Luiz Alberto disse que é possível
121 quantificar dessa forma, que a Unidade de Pesquisa e Documentação da Fundação Ippuj
122 tem condições de fazer esse levantamento. O conselheiro Udo Döhler comentou que essa
123 questão de investimento é importante, é uma referência inicial e necessária. Disse também
124 que cada bairro deveria ser autossuficiente, como uma “ilha.” Murilo comentou que há
125 grandes eventos que são para toda a cidade. Disse que para esses deslocamentos, as
126 famílias que têm carro preferem utilizá-lo, e temos que respeitar isso. O ideal é que o
127 transporte coletivo seja atrativo o suficiente para que as pessoas o utilizem para trabalhar e
128 estudar. O conselheiro Silvestre comentou que todas as coisas estão a serviço da cidade, e
129 que a cidade são as pessoas. É o atrativo que faz com que as pessoas saiam de seu bairro
130 e vá gastar em outro. Temos que investir na formação cultural dos cidadãos, pois isso gera
131 vida. Sugeriu que se visite o ponto de cultura no bairro Itinga, e comentou que pessoas de
132 todos os bairros vão até lá para prestigiar os eventos culturais. Citou a importância da
133 mobilidade, pois a cidade se desloca para ver a cidade, e isso é bom. Pediu que todos
134 ajudem a divulgar o que acontece na cidade, e disse que o “boca a boca” é o método mais
135 eficaz. Os eventos são informados na página cultural do jornal, mas as pessoas não estão
136 acostumadas a buscar essas informações. A conselheira Maria Salete Rodrigues Pacheco
137 perguntou se a taxa de ocupação abaixo do permitido em lei tem a ver com a questão
138 cultural, e Murilo respondeu que sim. Luiz Alberto lembrou que é importante que aconteça a
139 Regularização Fundiária. Disse que há um passivo muito grande no centro, mas que não é
140 visto como um problema pela sociedade. É o caso do filho que se casa e constrói nos fundos
141 do terreno dos pais; depois que os pais morrem, fica complicado passar pelo terreno do
142 futuro morador, e isso gera um desgaste. Disse que se quer, através da lei, permitir que a
143 cidade se organize melhor, e por isso é incentivado o debate para encontrar a melhor
144 solução. O conselheiro Mário Aguiar reiterou sua sugestão de que as Câmaras Comunitárias
145 interrompam a análise da Outorga Onerosa para dedicarem-se exclusivamente à nova Lei
146 de Ordenamento Territorial. O Presidente Luiz Alberto disse que uma coisa não exclui a
147 outra, e que a Outorga Onerosa precisa ser regulamentada, e não se sabe quanto tempo a
148 Lei de Ordenamento Territorial vai tramitar na Câmara de Vereadores. O conselheiro Lenin
149 Peña solicitou que seja dado a conhecer a todas as Câmaras o que o Ippuj apresentou nesta
150 reunião. Luiz Alberto disse que paralisar criará um problema com os investidores, com a
151 Câmara de Vereadores, por não implementar um capítulo da lei, e sugeriu que em fevereiro
152 sejam reunidas as sete Câmaras para apresentar o assunto. Mário Aguiar disse que o
153 impacto de não ter uma Lei de Ordenamento Territorial adequada é maior do que não ter a
154 Lei de Outorga Onerosa; o prejuízo para a cidade é muito grande, e a urgência da primeira é
155 muito maior. O conselheiro Udo Döhler, a título de provocação, disse que é importante que
156 se tenha prédios de cinquenta andares, pois adensaria mais. O conselheiro Silvestre
157 lembrou também que a Lei da Outorga Onerosa vai impactar na Lei do Inventário do
158 Patrimônio Cultural de Joinville. O conselheiro Gilberto Pires Gayer comentou que as
159 Câmaras Comunitárias de Qualificação do Ambiente Natural e de Qualificação do Ambiente
160 Construído praticamente esgotaram o assunto da Outorga Onerosa, e disse que a
161 metodologia de juntar mais de uma Câmara foi excelente. Luiz Alberto lembrou que a Lei de
162 Ordenamento vai consumir alguns meses de discussão, e solicitou deixar o início dessa
163 análise para fevereiro. Mário Aguiar ressaltou a importância de que cada Câmara adiante
164 sua posição para facilitar a análise das outras Câmaras. A coordenadora da Câmara
165 Comunitária de Promoção Econômica presente na reunião, Rocheli Grendene, comentou
166 que nesta Câmara o Projeto de Lei da Outorga Onerosa foi aprovado, com algumas
167 restrições. Luiz Alberto falou sobre a questão do Corpo de Bombeiros e da Infraero; lembrou
168 que o combate acima de vinte pavimentos é diferente, não é feito por mangueiras. Udo

169 Döhler sugeriu retirar esse artigo, é excessivo. Luiz Alberto disse que a equipe técnica do
170 Ippuj vai consolidar o projeto de lei da Outorga Onerosa, ressaltando que é necessária, pois
171 pode-se limpar “gargalos”. Udo Döhler sugeriu que, caso a Lei de Outorga Onerosa cause
172 polêmica em fevereiro, que saia da pauta do Conselho da Cidade. Luiz Alberto lembrou que
173 a lei exige que esse assunto seja regulamentado. O Presidente solicitou que a Secretaria
174 Executiva entre em contato com todos os coordenadores das Câmaras Comunitárias e
175 consulte sobre a possibilidade de uma reunião extraordinária, sem necessidade de *quorum*,
176 em horário noturno, próximo do dia quinze de fevereiro, para que se faça a apresentação
177 sobre a nova Lei de Ordenamento Territorial. Deverá ser feita uma apresentação, com a
178 minuta da lei, artigos, tabelas e mapas. Gilberto Gayer sugeriu que as Câmaras que já
179 analisaram a Outorga Onerosa divulguem para as outras o resultado de sua análise. Gilberto
180 Lessa dos Santos, coordenador da Câmara Comunitária de Estruturação e Ordenamento
181 Territorial, lembrou que a Câmara de Vereadores pode até alterar o texto do Executivo, e o
182 Executivo só pode vetar a proposta da Câmara, que poderá ainda derrubar o veto. Ivandro
183 de Souza perguntou como está a questão da mudança de zoneamento de ruas, e Luiz
184 Alberto explicou que esse é um processo do Legislativo, que os vereadores podem mudar o
185 zoneamento independente da vontade do Executivo. Lenin Peña, citando o Regimento
186 Interno do Conselho da Cidade, lembrou que esse é um órgão propositivo, consultivo e
187 deliberativo, e propôs que se pensem melhor as atitudes públicas; a federalização da Univille
188 seria uma delas, pois se estaria economizando dinheiro e ganhando qualidade, e seria até
189 mais honesto. Luiz Alberto disse que esse é um processo longo e difícil, e que a Furb, a
190 exemplo, está tentando há mais de seis anos; em sua opinião, essa proposta é complexa e
191 deve tramitar antes na Câmara para depois ser encaminhada de forma mais elaborada ao
192 Conselho Consultivo e Deliberativo. Nada mais havendo a tratar, às dez horas o Presidente
193 agradeceu a presença de todos, e deu por encerrada a reunião. Ficam registradas as
194 justificativas de ausência dos conselheiros: Alsiene Gomes de Oliveira Filho, Andréa
195 Knabem, Gean Marcos Dombroski Corrêa, Jorge Arnaldo Laureano, Marcele Figueiredo
196 Andrade de Luca, Marcos Rodolfo Schoene, Maria Ivonete Peixer da Silva, Roque Antônio
197 Mattei, Rosana Barreto Martins e Sérgio Luiz Celestino da Silva. Eu, Patrícia Rathunde
198 Santos, Secretária Executiva do Conselho da Cidade, lavrei esta ata, que vai assinada pelo
199 Presidente do Conselho, por mim e pelos conselheiros presentes. Joinville, quinze de
200 dezembro de dois mil e dez.

Luiz Alberto de Souza
Presidente do Conselho da Cidade

Patrícia Rathunde Santos
Secretária Executiva do Conselho da Cidade

Assinatura dos conselheiros presentes nesta reunião

Presidência		Luiz Alberto de Souza - Fundação IPPUJ			
Grupo de Trabalho	CÂMARA	PODER PÚBLICO		SOCIEDADE CIVIL	
		TITULAR	SUPLENTE	TITULAR	SUPLENTE
GT 1	Câmara Comunitária de Promoção Econômica	- ausente - Maria Ivonete Peixer da Silva GP	- ausente - Alsione Gomes de Oliveira Filho SH	Mário Cezar Aguiar ACIJ	- ausente - Gean Marcos Dombroski Corrêa Instituto AJORPEME
GT 2	Câmara Comunitária de Promoção Social	Silvestre Ferreira FCJ	- ausente - Maria Teresa Soares SAS	Lenin Peña IDS	Eduardo Miers CEAJ
GT 3	Câmara Comunitária de Qualificação do Ambiente Natural	- ausente - Marcos Rodolfo Schoene FUNDEMA	- ausente - Marcele Figueiredo Andrade de Luca AMAE	Maria Saete Rodrigues Pacheco AJORPEME	- ausente - Andrea Knabem AMABA
GT 4	Câmara Comunitária de Qualificação do Ambiente Construído	Gilberto Pires Gayer FUNDEMA	Nilzete Farias Hoenicke IPPUJ	Ivandro de Souza Instituto Joinville	- ausente - Rosana Barreto Martins CEAJ
GT 5	Câmara Comunitária de Integração Regional	Eduardo Dalbosco SEPLAN	- ausente - Rodrigo Fallgatter Thomazi SIDE	Udo Döhler ACIJ	- ausente - Roque Antônio Mattei Instituto Joinville
GT 6	Câmara Comunitária de Estruturação e Ordenamento Territorial	Ariel Arno Pizzolatti SEINFRA	- ausente - Fabiano Lopes de Souza SRVN	- ausente - Jorge Arnaldo Laureano SECOVI	- ausente - Henrique Chiste Neto AJECI
GT 7	Câmara Comunitária de Mobilidade e Acessibilidade	- ausente - Eduardo Bartniak Filho CONURB	- ausente - Sérgio Luiz Celestino da Silva SAS	Emerson Siqueira AJECI	Vanderlei Pedro Quintino CEPE

Joinville, 15 de dezembro de 2010

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.